

Referências das Rotinas Administrativas de Vara Única

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-VUNI-002 – Gerir a Entrega da Prestação Jurisdicional em Vara Única

Com vigência a partir de 08/01/2018

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Constituição Estadual do Rio de Janeiro

Código Civil de 1916

Código Civil de 2002

Código de Processo Civil de 1973

Código de Processo Civil de 2015

Código Penal

Código de Processo Penal

Código Tributário Nacional

Código Tributário Estadual

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei Federal nº 6.015, de 31/12/1973 – Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências.

Lei Federal nº 6.830, de 22/09/1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Estadual nº 2.988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Lei Federal nº 6.858, de 24/11/1980 - Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.

Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966 – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Lei Estadual nº 7.174, de 28/12/2015 – Institui o imposto sobre transmissão “causa mortis” e por doação, de quaisquer bens ou direitos;

Lei Estadual nº 3.350, de 29/12/1999 – Dispõe sobre as Custas Judiciais e Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Lei Estadual nº 6.956, de 13/01/2015 – Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ) – Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Ato Executivo TJ nº 2.923, de 13/08/2008 - Resolve que, quando se tratar de transformação do Agravo de Instrumento em Agravo Retido, as Secretarias dos Órgãos Julgadores remeterão os respectivos autos ao Juízo da causa, onde serão apensados aos principais, e dá outras providências.

Resolução CM nº 03, de 08/06/1995 – Dispõe sobre as normas a serem observadas pelos Senhores Magistrados quanto a audiências e dá outras providências;

Provimento CGJ nº 20, de 03/03/2009 – Resolve determinar que nas atas de audiência de instrução e julgamento sejam lançados os horários de início e de término da audiência.

Resolução TJ/OE nº 29, de 24/08/2015 - Disciplina a Audiência de Custódia no âmbito do TJ/RJ;

Resolução CGJ nº 6, de 20/09/2006, Trata da revisão dos procedimentos legais e de trabalho, a fim de padronizar e organizar o serviço nas serventias.

Aviso CGJ nº 120, de 07/03/2007 – Avisa que é obrigatória a inserção e atualização de todos os dados referentes às partes em cumprimento ao artigo 6º da Resolução CGJ nº 6/2006, no momento da ciência da respectiva informação;

Aviso CGJ nº 584, de 15/10/2007 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a correta atualização dos sistemas de 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE nº 33, de 03/11/2014 - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente, e estabelece regras transitórias para possibilitar obras emergenciais na sede do plantão;

Resolução CNJ nº 71, de 31/03/2009 – Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição;

Resolução TJ/OE nº 7, de 17/07/2017 - Dispõe sobre o tabelamento dos grupos das comarcas de entrância comum para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais, nos termos dos grupos relacionados;

Ato Normativo Conjunto nº 7, de 30/04/2013 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE, no âmbito da Segunda Instância Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 74, de 05/11/2015 - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa.

Ato Normativo TJ nº 27, de 17/11/2009 – Dispõe sobre o Programa de Estágio junto aos órgãos de Prestação Jurisdicional e Programa de Estágio Acadêmico na Área Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro em adequação à Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2009.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 18, de 09/07/2015 - Dispõe sobre o Programa de Estágio Remunerado do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 43, de 05/12/2006 - Avisam aos Senhores Magistrados e Serventuários que a partir desta data o lançamento das sentenças e decisões no Sistema Informatizado obedecerá a tabela em anexo.

Ato Normativo TJ nº 4, de 03/02/2009 - Resolve que cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição contará com a estrutura denominada 'Gabinete do Juízo' que será integrado pelo Secretário do Juiz, um Auxiliar de Gabinete e dois Assistentes de Gabinete, podendo ter auxílio de estagiários de Direito, e dá outras providências;

Provimento CGJ nº 06, de 09/05/2008 – Resolve modificar a rotina de processamento das medidas cautelares de caráter sigiloso em matéria criminal, que passam a ter nova regulamentação;

Resolução CNJ nº 59, de 09/09/2008 - Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

Aviso CGJ nº 302, de 29/02/2016 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais em atuação nos Plantões Judiciários sobre a necessidade de indicação de dados ao Serviço de Distribuição, no envelope lacrado de prorrogação de medidas cautelares sigilosas de comunicações telefônicas, telemáticas e de informática.

Aviso TJ nº 57, de 29/06/2010 - Enunciados Administrativos do Fundo Especial do TJRJ;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 1, de 09/01/2004 – Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger's, Protocolos Integrados e Protocolos de 2a. Instância, com a inscrição 'PRIORIDADE - PESSOA IDOSA – Lei n. 10.741/03.

Aviso TJ nº 34, de 31/03/2010 – Avisa, que a partir desta data, com relação à pesquisa dos Alvarás de Soltura pelo Serviço de Arquivo da DC-Polinter/RJ, devem ser observados os endereços eletrônicos que menciona.

Aviso CGJ nº 145, de 02/03/2010 – Avisa as Varas com competência criminal de todo o Estado que deverão promover a alimentação do sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP - Projeto Comarca), quanto ao cadastramento de prisões provisórias, e dá outras providências.

Aviso CGJ nº 1.073, de 07/07/2015 – Avisa que as decisões cujo tipo seja sobre "conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva" deverão ser inseridas no DCP, com preenchimento do segundo Parâmetro do Texto 1271, conforme Manual do Usuário disponibilizado na intranet.

Aviso CGJ nº 2.026, de 30/11/2015 – Avisa sobre a alteração relativa aos mandados de prisão expedidos com caráter restrito a partir do dia 02/12/2015 e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 2.045, de 10/12/2015 – Avisa acerca da desnecessidade de envio à DC-POLINTER de ofício físico de recolhimento de mandado de prisão na hipótese de alvará de soltura vinculado.

Provimento CGJ nº 17, de 22/08/2008 - Resolve que deverá constar no mandado prisional informação sobre a existência de outras prisões decretadas contra o indiciado/acusado nos autos do processo, sua natureza e o

local onde se encontra acautelado e dá outras providências.

Aviso TJ nº 144, de 13/12/2012 - Avisa aos juízes criminais que, quando instados a prestar informações em ações mandamentais, devem fazê-lo com a maior brevidade possível, não ultrapassando o prazo de 10 dias;

Provimento CGJ nº 54, de 03/08/2009 – Resolve que nas conduções realizadas, inclusive antes do início do expediente forense, a cautela do conduzido ficará a cargo do Escrivão ou Responsável pelo Expediente do Juízo, que expediu o respectivo mandado.

Resolução CNJ nº 89, de 16/09/2009 – Institucionaliza os mutirões carcerários como mecanismo de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e internações de adolescentes.

Aviso CGJ nº 824, de 09/10/2009 – Avisa que é obrigatória a observância da íntegra dos termos da Resolução CNJ n. 89/2009, e que nos juízos onde ocorra mutirão, após a finalização dos trabalhos deve ser encaminhado relatório detalhado para o endereço eletrônico especificado.

Resolução CNJ nº 108, de 06/04/2010 - Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 181, de 17/03/2010 - Avisa que, concedida liberdade ao réu, além da expedição do alvará de soltura, deverá ser RAD determinado o recolhimento dos mandados de prisão, por ventura expedidos, no mesmo processo, pelo Juízo que concedeu aquele benefício e dá outras providências.

Aviso CGJ 491, de 04/04/2013 - Avisa aos Juízes de Direito com competência para a matéria referente ao adolescente em conflito com a lei que os relatórios de inspeção das unidades de execução de medidas socioeducativas sob sua responsabilidade deverão observar o modelo constante do anexo único deste Aviso.

Aviso CGJ 581, de 08/05/2014 - Avisa que, a partir de 1º de maio de 2014, as inspeções nas Unidades de Internação e de Semiliberdade deverão ser realizadas bimestralmente, pelos Juízes das Varas da Infância e da Juventude, mantendo-se semestrais as fiscalizações das entidades ou programas para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e dá outras providências;

Resolução TJ/OE 06, de 21/03/2012 - Institui as regras de utilização do certificado digital por magistrados e funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 10, de 24/04/2012 – Regulamenta a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução 06/2012 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução CM nº 03, de 27/01/2011 - Estabelece e consolida normas, orientações e procedimentos para a execução das atribuições da Divisão de Perícias Judiciais, principalmente no que se refere a realização de perícia em processos judiciais com deferimento da assistência judiciária gratuita e processos inerentes a

Acidente de Trabalho.

Aviso Conjunto TJ/CGJ 15, de 10/07/2014 - Avisam aos Senhores Magistrados que a medida excepcional de bloqueio de valores nas Ações em que se pleiteiam medicamentos e insumos médicos-hospitalares que envolvam o Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria Estadual de Saúde deverá ser realizada exclusivamente nas contas bancárias abaixo transcritas, destinadas ao referido fim, no intuito de se evitar que outras contas do Governo do Estado venham a sofrer tal constrição;

Resolução TJ/OE 07, de 26/03/2012 - Regulamenta o procedimento da Execução Penal no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 48, de 16/09/2015 - Dispõe sobre expedição de cartas de sentença de execução penal pelas Varas Criminais para expansão do PROJUDI, sistema de processamento eletrônico, da Vara de Execuções Penais.

Ato Executivo TJ 1453, de 15/12/2014 - Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ, a destinação dos recursos oriundos das prestações pecuniárias;

Aviso CGJ nº 25, de 12/04/2017 - Avisa aos Excelentíssimos Senhores Juizes de Direito com competência para a matéria criminal para que, caso possível, em função da situação de penúria das instituições listadas no anexo, direcionem transações penais com pagamento em gêneros às mesmas.

Aviso CGJ nº 14, de 10/03/2017 - Avisa que, uma vez escoado o prazo de 15 dias a que se refere o art. 523 do NCPC e antes da prática de qualquer ato executivo, em especial a expedição de mandado de penhora e avaliação, promovam a intimação da parte credora, alertando-a sobre a eficiência e utilidade da adoção do procedimento do protesto do título judicial definitivo, determinando que se manifeste expressamente, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto ao seu efetivo interesse na utilização do instrumento, na conformidade do art. 517 do NCPC e do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, alterado pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 18/2016.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 14, de 13/11/2014 - Disponibiliza para os órgãos jurisdicionais do TJERJ a nova versão do Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores - RENAJUD, ferramenta eletrônica que interliga o PJERJ e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com o fim de possibilitar consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de inserção e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 8, de 30/06/2015 - Avisam aos Excelentíssimos Senhores Juizes que prestam informações ao CNJ qual o órgão responsável pela administração regional dos sistemas corporativos;

Aviso CGJ nº 803, de 14/10/2009 – Avisa aos Juizes de Direito em atuação nas Varas Criminais que procedam a alimentação do Banco de Dados do Conselho Nacional de Justiça, referente ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações, com as informações que menciona;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06, de 28/04/2017 - Disponibiliza a nova plataforma de acesso ao INFOSEG, através do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e dispõe sobre o procedimento de cadastramento de acesso ao SINESP INFOSEG;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 07, de 18/05/2017 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Sistema Estadual de Identificação – SEI para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e seu respectivo procedimento;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 10, de 24/08/2017 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Sistema de Informações e Identificação de Adolescentes (SIIAD) e seu respectivo procedimento;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 16, de 25/09/2017 - Avisam sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI;

Aviso TJ nº 29, de 26/04/2016 – Avisa sobre a utilização exclusiva dos sistemas BACENDJUD, RENAJUD e INFOJUD para transmissão de ordens judiciais ao Banco Central do Brasil, Departamento Nacional de Trânsito e à Receita Federal do Brasil, respectivamente;

Resolução CNJ nº 44, de 20/11/2007 - Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

Resolução CNJ nº 63, de 16/12/2008 – Institui o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ 18/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre a obtenção de acesso ao Sistema de Identificação Penitenciária – SIPEN e respectivo procedimento;

Aviso TJ nº 20, de 08/03/2016 - Avisa que a Presidência do TJERJ estabeleceu, administrativamente, o dia 18 de março de 2016 como data de início da vigência do Novo Código de Processo Civil, na forma consolidada pelos Colendos STJ e CNJ;

Aviso CGJ nº 724, de 06/05/2016 - Recomenda maior atenção à prerrogativa de os advogados dirigirem-se diretamente aos magistrados, nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada;

Aviso CGJ nº 1.612, de 09/11/2016 - Recomenda aos Senhores Magistrados que, na medida do possível, os processos físicos sejam retornados da conclusão, separados de acordo com as providências a serem tomadas, com o objetivo de reduzir o tempo de processamento dos feitos na serventia;

Provimento CGJ nº 117, de 07/12/2016 - Dispõe sobre o aproveitamento de servidores das serventias judiciais do 1º grau de jurisdição nos gabinetes de Juízes de Direito e Substitutos e dá outras providências.

Termo de convênio de cooperação técnica e material.

RAD-VUNI-003 – Gerir o Cartório

Com vigência a partir de 22/01/2018

Lei Federal nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil;

Lei Federal nº 6.015, de 31/12/1973 – Dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências.

Lei Federal nº 6.830, de 22/09/1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

Decreto-Lei Federal nº 7.661, de 21/06/1945 – Lei de Falências.

Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Federal nº 5.478, de 25/07/1968 - Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.343, de 23/08/2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.826, de 22/12/2003 – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.403, de 04/05/2011 – Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.

Lei nº 6.858, de 24/11/1980 - Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.

Lei nº 5.172, de 25/10/1966 – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito

tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Lei Estadual nº 2.988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

Lei Estadual nº 1.427, de 13/02/1989 – Institui o imposto sobre transmissão “causa mortis” e por doação, de quaisquer bens ou direitos.

Lei Estadual nº 3.350, de 29/12/1999 – Dispõe sobre as Custas Judiciais e Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei Estadual nº 6.956, de 13/01/2015 – Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ) – Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais

Resolução CNJ nº 35, de 24/04/2007 – Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/2007 pelos serviços notariais e de registro.

Resolução TJ/TP nº 01, de 21/03/1975 – Aprova o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Livros I e II).

Enunciados Administrativos do Fundo Especial do TJRJ

Ato Normativo TJ nº 3, de 03/02/2009 - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os Direitos e Deveres e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 7, de 16/02/2012 - Dispõe sobre a exigência do Código de identificação de Doença (CID) ou laudo médico circunstanciado nos atestados médicos dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Provimento CGJ nº 74 de 14/10/2009 – Resolve que o horário individual dos servidores deverá ser afixado e mantido no quadro de publicidade da Serventia na forma do artigo 175, inciso V da Consolidação Normativa em vigor e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 26, de 13/11/2009 – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução TJ/OE/RJ nº 28, de 17/08/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ;

Ato Executivo TJ nº 137, de 03/03/2017 - Dispõe sobre gestão patrimonial no âmbito do Poder Judiciário de que trata a Resolução TJ/OE nº 28/2015;

Resolução TJ/OE/RJ nº 33, de 03/11/2014 - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente, e estabelece regras transitórias para possibilitar obras emergenciais na sede do plantão;

Provimento CGJ nº 16, de 21/08/2008 - Resolve que a serventia judicial poderá efetuar, excepcionalmente, a exclusão da mensagem de 'petições a serem juntadas', que foram encaminhadas através dos serviços de Protocolo (PROGER) informatizados no sistema DCP, nos casos em que comprovadamente seja impossível a juntada física das petições e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 150, inciso XL e Subseção XII, artigos 230 a 236;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 04, de 12/01/2007 - Estabelece rotina para a implementação do sistema de cobrança dos processos judiciais por meio do Sistema de Distribuição e Controle Processual - Projeto Comarca, para as serventias judiciais de 1ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ nº 8, de 26/05/2009 – Institui novo tipo de Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica – GRERJ Eletrônica – para pagamento dos valores devidos na esfera judicial e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 25, de 04/11/2009 - Regulamenta o procedimento de uniformização da numeração dos processos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso TJ nº 49/2010 - Avisa sobre os princípios fundamentais da Política de Meio Ambiente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 3142, de 03/08/2010 - Resolve instituir a utilização do papel reciclado em todos os impressos das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso TJ nº 08, de 04/03/2008 – Avisa as unidades administrativas e jurisdicionais sobre os setores responsáveis pelo atendimento das requisições que menciona.

Ato Executivo TJ nº 174, de 12/12/2016 - Institui a Coleta Seletiva no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Provimento CGJ nº 54, de 03/08/2009 – Resolve que nas conduções realizadas, inclusive antes do início do

expediente forense, a cautela do conduzido ficará a cargo do Chefe de Serventia do Juízo, que expediu o respectivo mandado.

Aviso CGJ nº 145, de 02/03/2010 - Avisa as Varas com competência criminal de todo o Estado que deverão promover a alimentação do sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP - Projeto Comarca), quanto ao cadastramento de prisões provisórias, e dá outras providências.

Manuais do Sistema DCP.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 08, de 09/07/2015 - Dispõe sobre o Programa de Estágio Remunerado do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CM nº 07, de 13/06/2013 - Dispõe sobre o exercício da função de Chefia de Serventia Judicial de primeira instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução OE nº 16, de 13/05/2013 - Altera e consolida a Resolução TJ/OE nº 14/2010 e dispõe sobre a regulamentação do registro dos depoimentos das partes, do investigado, indiciado, autor do fato, ofendido e testemunhas, pelos meios ou recursos de gravação digital audiovisual no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE nº 07, de 07/07/2016 - Altera o tabelamento dos grupos das Comarcas de Entrância Comum para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais, nos termos dos grupos relacionados;

Ato Normativo TJ nº 07, de 08/04/2014 - Dispõe sobre a destinação de valores provenientes de leilões de bens penhorados em autos de infração e em ações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, bem como os valores provenientes de leilão de bens penhorados em ações civis públicas de proteção ambiental;

Aviso CGJ nº 611, de 11/08/2010 - Avisa que deverão consultar e fazer a manutenção diária de suas caixas de correio eletrônico, a fim de que comunicações e manifestações sejam recebidas e prontamente respondidas, sob pena de responsabilidade disciplinar;

Aviso CGJ nº 404, de 04/04/2014 – Avisa que é obrigatória a consulta diária ao Sistema Malote Digital e o gerenciamento das comunicações recebidas;

Aviso CGJ nº 490, de 05/05/2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do cadastro presencial;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06, de 06/05/2014 - Resolvem que as ordens para cumprimento de decisões judiciais entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a Serasa Experian serão feitas exclusivamente através da rede mundial de computadores - Sistema de Comunicação Eletrônica do Tribunal

de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Provimento CGJ nº 31, de 11/06/2014 - Regulamenta o procedimento de declínio de competência de processos físicos para varas eletrônicas ou híbridas, bem como o declínio de competência de processos eletrônicos para varas físicas, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 76, de 29/03/2016 - Disciplina o retorno às varas híbridas dos processos do 2º Grau de Jurisdição, e dá outras providências;

Provimento CGJ nº 41, de 30/07/2014 - Regulamenta a remessa, pela via eletrônica, de mandados de notificação, intimação e/ou de citação dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando não for hipótese de sua efetivação por via postal, vedando-se a possibilidade de expedição de Carta Precatória para tais fins, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 12, de 15/09/2014 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para digitalização de processos físicos, tratamento dos Autos Físicos Digitalizados (AFDs) e respectivos fluxos de trabalho, a serem observados pelos órgãos jurisdicionais e administrativos e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 20, de 04/11/2014 - Avisa que quando do primeiro recebimento de autos que envolvam pessoa presa na qualidade de parte, testemunha ou Informante, deverá ser realizada, imediatamente, consulta ao SIPEN - Sistema de Identificação Penitenciária quanto às informações a respeito do grau de periculosidade do(a) detento(a) e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 1453, de 15/12/2014 - Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ, a destinação dos recursos oriundos das prestações pecuniárias;

Aviso TJ nº 01, de 13/01/2015 - Avisa que deverão ser enviadas ao Departamento de Gestão da Arrecadação, da Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DEGAR/DGPCF) as certidões de débito referentes aos débitos não quitados em sede judicial;

Ato Normativo TJ nº 14, de 03/10/2014 - Estabelece o Programa Boas-Vindas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre a recepção e integração dos servidores em todas as Unidades Organizacionais e dá outras providências.

Resolução CM nº 04, de 02/07/2015 - Dispõe sobre o regime especial de trabalho à distância nas serventias judiciais de 1ª instância do TJERJ e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 1.297, de 26/08/2016 - Avisa sobre o procedimento a ser adotado quanto aos servidores em Regime de Trabalho à Distância – readaptação, redução de carga horária, férias, licença especial, plantões e feriados;

Ato Normativo TJ nº 04, de 29/03/2016 - Regulamenta o fornecimento e a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução nº 06/2012 do Órgão Especial do TJERJ;

Aviso CGJ nº 302, de 29/02/2016 - Avisa sobre a necessidade de indicação de dados ao Serviço de Distribuição, no envelope lacrado de prorrogação de medidas cautelares sigilosas de comunicações telefônicas, telemáticas e de informática recebidos em Plantões Judiciários;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 74, de 05/11/2015 - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 156, de 04/11/2016 - Torna híbrida toda a competência da Dívida Ativa Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 157, de 04/11/2016 - Implanta o processo eletrônico no ajuizamento dos feitos de competência de Registros Públicos da Comarca da Capital e do Interior e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 1577, de 20/10/2016 - Avisa sobre alteração de uma das linhas telefônicas da DC Polinter para atendimento excepcional nas hipóteses de não cumprimento de ordens judiciais por questões técnicas;

Aviso CGJ nº 1.812, de 10/11/2015 - Dispõe sobre a priorização, pelas serventias judiciais, das repetições de procedimentos cartorários que foram realizados com erro ou que, por engano, deixaram de ser realizados.

Ato Normativo TJ nº 13, de 06/11/2017 - Institui as regras de regime de plantão de atendimento pela Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Provimento CGJ nº 37, de 23/06/2016 - Institui auxílio recíproco sem prejuízo nas serventias de 1ª instância que menciona e dá outras providências;

RAD-VUNI-004 – Receber Documentos

Com vigência a partir de 05/09/2018

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Estadual nº 2988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Lei Estadual nº 4.703, de 09/01/2006 – Altera o Art. 1º da Lei nº 2.988, de 18 de junho de 1998.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 1, de 09/01/2004 – Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger's, Protocolos Integrados e Protocolos de 2ª. Instância, com a inscrição 'PRIORIDADE - PESSOA IDOSA' - Lei nº 10.741/03.

Resolução TJ/OE nº 10, de 05/06/2008 – Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ e dá outras providências.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2, de 02/07/2008 - Regulamenta a Resolução TJ/OE nº 10, de 05 de junho de 2008, que instituiu o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 12, de 10/05/2010 – Resolve instituir o pedido de desarquivamento eletrônico de processos judiciais, por meio do preenchimento de pagamento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica - GRERJ Eletrônica – Pedido de Desarquivamento.

Resolução TJ/OE nº 17, de 18/12/2009 – Resolve alterar o artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Provimento CGJ nº 06, de 09/05/2008 – Resolve modificar a rotina de processamento das medidas cautelares de caráter sigiloso em matéria criminal, que passam a ter nova regulamentação;

Ato Executivo TJ nº 2923, de 13/08/2008 – Resolve que, quando se tratar de transformação do Agravo de Instrumento em Agravo Retido, as Secretarias dos Órgãos Julgadores remeterão os respectivos autos ao Juízo da causa, onde serão apensados aos principais, e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 3196, de 06/08/2010 - Resolve autorizar os Juízes de Direito Diretores dos Fóruns a utilizar os serviços de malote contratados pela Advocacia Geral da União - AGU junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para o trâmite, entre o Juízo e a respectiva Procuradoria Federal, de processos judiciais e documentos que se fizerem necessários, e dá outras providências;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 28, de 27/11/2012 - Resolvem que os ofícios de requisição de informação dirigidos à 1ª Instância, como, exemplificativamente, para instrução de agravos de instrumento, habeas corpus e mandados de segurança, serão obrigatoriamente veiculados por meio eletrônico, através do sistema do Malote Digital, para a respectiva Serventia, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto nº 7, de 30/04/2013 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE, no âmbito da Segunda Instância Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 25, de 08/11/2013 - Resolvem que as Serventias Judiciais de primeira instância, ao expedirem correspondências na modalidade registrada, com o Serviço Adicional de Aviso de recebimento (A.R.), deverão monitorar seu retorno, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 404, de 04/04/2014 - Avisa que é obrigatória a consulta diária ao Sistema Malote Digital e o gerenciamento das comunicações recebidas;

Provimento CGJ nº 31, de 11/06/2014 - Regulamenta o procedimento de declínio de competência de processos físicos para varas eletrônicas ou híbridas, bem como o declínio de competência de processos eletrônicos para varas físicas, e dá outras providências;

Provimento CGJ nº 41, de 06/08/2014 - Regulamenta a remessa, pela via eletrônica, de mandados de notificação, intimação e/ou de citação dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando não for hipótese de sua efetivação por via postal, vedando-se a possibilidade de expedição de Carta Precatória para tais fins, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto nº 12, de 15/09/2014 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para digitalização de processos físicos, tratamento dos Autos Físicos Digitalizados (AFDs) e respectivos fluxos de trabalho, a serem observados pelos órgãos jurisdicionais e administrativos e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 1042/2014 - Dispõe sobre o arquivamento de processos antigos que tenham como apenso processo secundário de restauração de Autos ou Agravo de Instrumento;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 74, de 05/11/2015 - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 76, de 29/03/2016 - Disciplina o retorno às varas híbridas dos processos do 2º Grau de Jurisdição, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 1.612, de 09/11/2016 - Recomenda aos Senhores Magistrados que, na medida do possível, os processos físicos sejam retornados da conclusão, separados de acordo com as providências a serem tomadas, com o objetivo de reduzir o tempo de processamento dos feitos na serventia;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

RAD-VUNI-005 – Autuar Processos

Com vigência a partir de 05/09/2018.

Código de Processo Civil;

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Lei Federal nº 12.008, de 29/07/2009 - Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica;

Lei Federal nº 12.403, de 04/05/2011 – Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências;

Lei Estadual nº 2.988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Ato Normativo TJ nº 3, de 09/06/2005 – Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 155, art. 187 § 4 e art. 220 e 221;

Resolução CNJ nº 63, de 16/12/2008 – Institui o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA e dá outras providências.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 20, de 04/11/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre consulta ao SIPEN - Sistema de Identificação Penitenciária e dá outras providências.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 74, de 05/11/2015 - Torna híbrida toda a competência de Dívida Ativa, independente da existência de Central ou Cartório da Dívida Ativa;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 156, de 04/11/2016 - Torna híbrida toda a competência da Dívida Ativa Estadual do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 157, de 04/11/2016 - Implanta o processo eletrônico no ajuizamento dos feitos de competência de Registros Públicos da Comarca da Capital e do Interior e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 1673, de 29/11/2016 - Avisa sobre a necessidade do cadastramento do endereço completo das personagens, com o CEP, no momento da distribuição da petição inicial pelo Portal Eletrônico ou pelo Distribuidor, bem como sobre a impossibilidade de alteração dos endereços na tela de confecção de mandados no sistema DCP.

Aviso TJ nº 45, de 13/07/2017 - Avisa que foi habilitada no Portal Eletrônico do Tribunal de Justiça a possibilidade de distribuição eletrônica por dependência de ações de execução de alimentos ou cumprimento de sentença de alimentos relativas a feitos que originalmente tramitaram no suporte físico.

RAD-VUNI-006 – Processar

Vigência a partir de 10/05/2017

Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais;

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Lei Federal nº 6.830, de 22/09/1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências;

Lei nº 11.101, de 09/02/2005 – Regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária;

Decreto-Lei nº 7.661, de 21/06/1945 – Lei de Falência;

Lei Federal nº 12.008, de 29/07/2009 - Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica;

Lei Federal nº 12.403, de 04/05/2011 – Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências;

Lei nº 6.858, de 24/11/1980 – Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares;

Lei Estadual nº 2988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

Lei nº 3.350, de 29/12/1999 – Dispõe sobre as custas judiciais e emolumentos dos serviços notariais e de registros no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;

Lei Estadual nº 4703, de 09/01/2006 – Altera o Art. 1º da Lei nº 2988, de 18 de junho de 1998;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 01, de 09/01/2004 - Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger's, Protocolos Integrados e Protocolos de 2ª. Instância, com a inscrição 'Prioridade - Pessoa Idosa - Lei nº 10.741/03;

Resolução TJ/OE nº 10, de 05/06/2008 – Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – DJERJ, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2, de 02/07/2008 - Regulamenta a Resolução TJ/OE nº 10, de 05 de junho de 2008, que instituiu o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – DJERJ, e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 35, de 24/04/2007 – Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/2007 pelos serviços notariais e de registro;

Ato Executivo TJ nº 2.923, de 13/08/2008 – Resolve que, quando se tratar de transformação do Agravo de Instrumento em Agravo Retido, as Secretarias dos Órgãos Julgadores remeterão os respectivos autos ao Juízo da causa, onde serão apensados aos principais, e dá outras providências;

Provimento CGJ nº 16, de 21/08/2008 - Resolve que a serventia judicial poderá efetuar, excepcionalmente, a exclusão da mensagem de 'petições a serem juntadas', que foram encaminhadas através dos serviços de Protocolo (PROGER) informatizados no sistema DCP, nos casos em que comprovadamente seja impossível a juntada física das petições e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 150, inciso XL e art. 230 a 236;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 01, de 16/06/2008 – Resolvem determinar o arquivamento em caráter definitivo, dos feitos judiciais em que haja débito de valor inferior a 6,24 UFIR/RJ, referente, exclusivamente, ao ato de baixa, com valores previstos para o ano de 2008, e dá outras providências e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 218, 219 e §§;

Resolução CNJ nº 63, de 16/12/2008 – Institui o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 137, de 13/07/2011 – Regulamenta o Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 165, de 16/11/2012 - Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas;

Aviso CGJ nº 120, de 07/03/2007 – Avisa que é obrigatória a inserção e atualização de todos os dados

referentes as partes em cumprimento ao artigo 6 da Resolução nº 06/ 2006, da Corregedoria, no momento da ciência da respectiva e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art 36, §§ 2º e 3º, art. 187 § 4 e art. 220 a 221;

Aviso CGJ nº 584, de 15/10/2007 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a correta atualização dos sistemas de 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 156 e incisos;

Aviso CGJ nº 203, de 29/03/2010 – Avisa que as petições iniciais apresentadas para distribuição deverão conter a completa identificação das partes, de todos os autores e réus, conforme determina o caput do artigo 29 da Consolidação Normativa, inclusive dos entes da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal e o Ministério Público, em quaisquer feitos onde figurem;

Provimento CGJ nº 42, de 01/06/2009 – Resolve que todas as Varas deste Tribunal ficam obrigadas a juntarem as suas petições pendentes no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente ato, dando-se o devido processamento, e dá outras providências e Consolidação Normativa artigo 250, inciso V;

Ato Normativo TJ nº 8, de 26/05/2009 – Institui novo tipo de Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica – GRERJ Eletrônica – para pagamento dos valores devidos na esfera judicial e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 9, de 26/05/2009 – Estabelece normas e orientações para o recebimento e processamento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária Eletrônica – GRERJ Eletrônica instituída pelo Ato Normativo TJ n.º 08/2009 e dá outras providências;

Aviso TJ nº 84, de 18/12/2009 – Avisa que a partir de 01 de janeiro de 2010 todos os recolhimentos de custas, taxa judiciária e acréscimos legais, deverão ser realizados obrigatoriamente em GRERJ Eletrônica, disposta no site www.tjrj.jus.br com exceção dos recolhimentos citados e dá outras providências;

Aviso TJ nº 150, de 13/12/2012 - Avisa que, a partir do dia 02 de janeiro de 2013, os recolhimentos que menciona deverão ser realizados obrigatoriamente em GRERJ eletrônica, disposta no site www.tjrj.jus.br, e dá outras providências;

Aviso TJ nº 76, de 17/08/2010 – Avisa as serventias judiciais integrantes da primeira instância que os valores referentes a publicação de editais, não previamente recolhidos pelo autor beneficiário da Gratuidade de Justiça, deverão ser cobradas ao réu vencido que não possua o referido benefício e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 45, de 11/11/2013 - Dispõe sobre a apresentação de réus presos nas dependências do Poder Judiciário, a comunicação de atos processuais, e dá outras providências;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 8, de 06/05/2013 - Avisa que a sentença penal condenatória deverá conter determinação ao Coordenador da Secretaria de Administração Penitenciária para providenciar a

transferência do condenado para estabelecimento prisional compatível com o regime fixado na sentença, e dá outras providências;

Resolução CM nº 03, de 30/01/2014 - Resolve que antes da expedição de carta de execução de sentença definitiva ou ofício de baixa deverá o chefe de serventia, sob pena de apuração de responsabilidade funcional, certificar a existência de valores, drogas, bens ou instrumentos do crime, apreendidos, abrindo imediata conclusão ao Juiz, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 929, de 04/04/2013 - Avisa que as certidões disponibilizadas no site na Corregedoria Geral da Justiça a que se refere o Aviso CGJ nº 952/2012 não desobriga as Serventias Judiciais de Primeira Instância de expedirem certidões minuciosas, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 16, de 26/06/2013 - Resolve estabelecer normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, do adolescente em conflito com a lei, na internação provisória e no cumprimento das medidas socioeducativas;

Aviso CGJ nº 766, de 26/06/2012 - Avisa que fica dispensada a juntada aos autos do termo de conclusão impresso, bastando o lançamento eletrônico da conclusão para fins de cumprimento do disposto no art. 246 da CNCJ, o que é obrigatório toda vez que os autos forem submetidos à conclusão;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 07, de 24/03/2014 - Dispõe sobre a atualização das regras previstas no Ato Executivo Conjunto nº 27/99, no que concerne à cobrança de emolumentos e dos acréscimos legais nos atos de protesto de títulos, incluindo a extensão da disciplina do Ato Normativo TJ nº 11/2010 para o protesto dos títulos executivos judiciais definitivos.

Provimento CGJ 41/2014 - Regulamenta a remessa, pela via eletrônica, de mandados de notificação, intimação e/ou de citação dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando não for hipótese de sua efetivação por via postal, vedando-se a possibilidade de expedição de Carta Precatória para tais fins, e dá outras providências;

Provimento CGJ 31/2014 - Regulamenta o procedimento de declínio de competência de processos físicos para varas eletrônicas ou híbridas, bem como o declínio de competência de processos eletrônicos para varas físicas, e dá outras providências;

Ato Executivo TJ 1453/2014 - Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ, a destinação dos recursos oriundos das prestações pecuniárias, revogando-se as disposições do Ato Executivo nº 615, de 13 de fevereiro de 2014;

Aviso Conjunto TJ/CGJ 20/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventias Judiciais/Substitutos sobre consulta ao SIPEN - Sistema de Identificação Penitenciária e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.008, de 29/07/2009 - Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e acrescenta o art. 69-A à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

Lei Estadual nº 2988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 1, de 09/01/2004 - Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger, Protocolos Integrados e Protocolos de 2ª Instância, com a inscrição PRIORIDADE - PESSOA IDOSA - Lei nº 10.741/03.

Resolução CNJ nº 63, de 16/12/2008 - Institui o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA e dá outras providências.

Resolução CGJ nº 6, de 20/09/2006 – Altera artigos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça.

Aviso CGJ nº 61, de 09/02/2009 – Avisa que o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA, criado pela Resolução nº 63, de 16 de dezembro de 2008, já está disponível para acesso no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências.

Aviso CGJ nº 803, de 14/10/2009 – Avisa aos Juízes de Direito em atuação nas Varas Criminais que procedam à alimentação do Banco de Dados do Conselho Nacional de Justiça, referente ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações, com as informações que menciona.

Resolução CNJ nº 137, de 13/07/2011 – Regulamenta o Banco de Dados de Mandados de Prisão – BNMP, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 10, de 24/08/2017 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Sistema de Informações e Identificação de Adolescentes (SIIAD) e seu respectivo procedimento;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 16, de 25/09/2017 - Avisam sobre a obrigatoriedade de alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, instituído pela Resolução nº 44 de 20.11.2007 - CNCIAI com as alterações da Resolução nº 172 de 08.03.2013 do CNJ;

Aviso CGJ nº 350, de 07/06/2017 - Avisa aos Senhores Juizes de Direito, Chefes de Cartório e demais servidores que o fornecimento de informações constantes no Cadastro Eleitoral às autoridades, dar-se-á exclusivamente por intermédio do Sistema de Informações Eleitorais - Siel, e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 07, de 18/05/2017 - Dispõe sobre a obtenção de acesso ao Sistema Estadual de Identificação – SEI para a consulta e emissão de folha de antecedentes criminais (FAC) e seu respectivo procedimento;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06, de 28/04/2017 - Disponibiliza a nova plataforma de acesso ao INFOSEG, através do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e dispõe sobre o procedimento de cadastramento de acesso ao SINESP INFOSEG;

Resolução TJ/OE nº 07, de 26/03/2012 - Regulamenta o procedimento da Execução Penal no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE 06/2012 - Institui as regras de utilização do certificado digital por magistrados e funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 10/2012 – Regulamenta a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução 06/2012 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça – Serviços Judiciais;

Aviso CGJ nº 358, de 01/04/2014 - Avisa aos Juizes de Direito da Capital e do Interior que, para o encaminhamento das Cartas Precatórias a serem cumpridas na Cidade de São Paulo, devem ser observados os endereços que constam no Comunicado CG nº 07/2014;

Aviso CGJ nº 418, de 10/04/2014 - Avisa aos Magistrados e Chefes de Serventia Judiciais de todo o Estado do Rio de Janeiro, que o endereço e telefone das unidades competentes para cumprimento das cartas precatórias a serem cumpridas no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e o quadro dos Distritos Judiciários deverão ser acessados na página daquele Tribunal, por meio do banner intitulado Cartas Precatórias.

Aviso CGJ nº 441, de 16/04/2014 - Avisa aos Encarregados pelos Expedientes das Centrais de Serviços Especiais, criadas pela Resolução OE 04/2010, que a partir de 05 de maio de 2014, os ofícios endereçados aos Juízos deverão ser encaminhados por Malote Digital.

Aviso CGJ nº 997, de 29/07/2014 - Avisa sobre os procedimentos a serem adotados para a requisição de apresentação de Policiais Militares às Audiências e para a comunicação de eventuais ausências à Corregedoria Interna da Polícia Militar.

Aviso CGJ nº 2026, de 30/11/2015 – Avisa sobre a alteração relativa aos mandados de prisão expedidos com caráter restrito a partir do dia 02/12/2015 e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 2045, de 10/12/2015 – Avisa acerca da desnecessidade de envio à DCPOLINTER de ofício físico de recolhimento de mandado de prisão na hipótese de alvará de soltura vinculado;

Aviso CGJ nº 492, de 20/04/2016 - Dispõe sobre o mandado de citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação nas ações de família;

Aviso CGJ nº 654, de 03/10/2017 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a requisição de apresentação de Policiais Rodoviários Federais às Audiências dentre outras providências;

Aviso CGJ nº 1812, de 10/11/2015 - Dispõe sobre a priorização, pelas serventias judiciais, das repetições de procedimentos cartorários que foram realizados com erro ou que, por engano, deixaram de ser realizados;

Aviso CGJ nº 1966, de 09/12/2014 - Avisa que o mandado eletrônico deve ser encaminhado para as Centrais de Mandados acompanhados apenas dos documentos estritamente necessários para a realização da diligência;

Aviso CGJ nº 1976, de 12/12/2014 - Avisa que, a partir do dia 12 de janeiro de 2015, as comunicações de decisão judicial endereçadas ao Tribunal Regional Eleitoral serão feitas mediante o envio de ofício eletrônico;

Aviso CGJ nº 1072, de 10/07/2015 - Avisa que a comunicação à Polícia Federal sobre expedição e/ou recolhimento de mandados de prisões deverão ser encaminhados para a DELEMIG - Delegacia de Imigração/RJ, no endereço mencionado;

Aviso CGJ nº 1963, de 26/11/2015 - Dispõe sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo determinação expressa do magistrado.

Aviso CGJ nº 500, de 04/08/2017 - Avisa que as diligências de busca e apreensão de pessoas, de documentos e de coisas, bem como as diligências de condução a serem cumpridas em Comarca diversa daquela do Juízo prolator da ordem, poderão ser instrumentalizadas por mandado eletrônico, dispensando-se a expedição de Carta Precatória para tal fim;

Aviso CGJ nº 427, de 10/07/2017 - Avisa que nas ações movidas em face da UnimedRio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro - RJ, os atos processuais de citação e intimação poderão ser enviados às Centrais de Cumprimento de Mandados com atribuição nos endereços mencionados, ainda que da inicial conste endereço diverso;

Aviso CGJ nº 338, de 07/06/2017 - Avisa que nas ações movidas em face da Amil Assistência Médica Internacional S/A, Amico Saúde Ltda. (DIX) e Medial Saúde, os atos processuais de citação e intimação poderão ser enviados às Centrais de Cumprimento de Mandados com atribuição nos endereços mencionados, ainda que da inicial conste endereço diverso;

Aviso CGJ nº 337, de 07/06/2017 - Avisa que nas ações movidas em face da Bradesco Seguros S/A, os atos processuais de citação e intimação poderão ser enviados às Centrais de Cumprimento de Mandados com atribuição nos endereços mencionados, ainda que da inicial conste endereço diverso;

Aviso CGJ nº 1440, de 22/09/2016 - Dispõe sobre o envio dos documentos referentes às penas privativas de liberdade, medidas de segurança e livramento condicional, inclusive os aditamentos a CES Eletrônica, à Vara de Execuções Penais (VEP) obrigatoriamente por meio de Malote Digital;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 18, de 30/06/2016 - Avisa aos Magistrados, Secretários dos Órgãos Julgadores, Chefes de Serventias/Substitutos e demais serventuários sobre a publicação do edital na rede mundial de computadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso TJ nº 29, de 26/04/2016 - Determina a utilização exclusiva dos sistemas BACENDJUD, RENAJUD e INFOJUD para transmissão de ordens judiciais ao Banco Central do Brasil, Departamento Nacional de Trânsito e à Receita Federal do Brasil, respectivamente;

Aviso CGJ nº 32, de 13/01/2017 – Avisa sobre a alteração no procedimento de agendamento de exames periciais junto ao Instituto de Perícias Heitor Carrilho relativas a Incidentes de Insanidade Mental e de Dependência Toxicológica;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 48, de 24/09/2015 - Dispõe sobre expedição de cartas de sentença de execução penal pelas Varas Criminais para expansão do PROJUDI, sistema de processamento eletrônico, da Vara de Execuções Penais;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 10, de 08/05/2014 – Avisam que que a partir do dia 19 de Maio de 2014 a expedição de ofícios à SERASA EXPERIAN será realizada exclusivamente por meio eletrônico, inclusive para fins de cumprimento de decisões liminares ou de antecipação de tutela, através de rotina eletrônica disponibilizada no sistema informatizado DCP “envio de documento eletrônico/andamento 68”. Esta regra não se aplica aos mandados de citação e intimação, os quais continuarão sendo expedidos em meio físico;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 13, de 11/06/2014 - Avisam que a expedição de ofícios à SERASA EXPERIAN por meio eletrônico está disponibilizada apenas para processos das competências cível e juizado especial cível, e restrito, através de rotina eletrônica disponibilizada no sistema informatizado DCP.

Provimento CGJ nº 41, de 06/08/2014 - Regulamenta a remessa, pela via eletrônica, de mandados de notificação, intimação e/ou de citação dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando não for hipótese de sua efetivação por via postal, vedando-se a possibilidade de expedição de Carta Precatória para tais fins, e dá outras providências.

Manuais do Sistema DCP

RAD-VUNI-008 – Realizar Baixa e Publicar Andamento dos Processos Judiciais

Com vigência a partir de 08/01/2018

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.419, de 20/12/2006 - Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências;

Lei Estadual nº 2988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos em que configure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Lei Estadual nº 4703, de 09/01/2006 – Altera o Art. 1º da Lei nº 2988, de 18 de junho de 1998, sobre tratamento prioritário na tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou pessoa portadora de deficiência.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 1, de 09/01/2004 - Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger's, Protocolos Integrados e Protocolos de 2a. Instância, com a inscrição PRIORIDADE - PESSOA IDOSA - Lei n. 10.741/03.

Resolução TJ/OE nº 10, de 05/06/2008 – Institui o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro –DJERJ e dá outras providências.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2, de 02/07/2008 – Regulamenta a Resolução TJ/OE nº 10, de 05 de junho de 2008, que instituiu o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ e dá outras providências.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 08, de 25/08/2008 – Avisa aos funcionários responsáveis pelo envio de publicações no DJERJ, que a partir de 29 de agosto de 2008, as matérias que mencionarem o número de inscrição de advogados na OAB e/ou o número da distribuição ou autuação de processos deverão atender a padronização que menciona;

Aviso CGJ nº 1812, de 10/11/2015 - Dispõe sobre a priorização, pelas serventias judiciais, das repetições de procedimentos cartorários que foram realizados com erro ou que, por engano, deixaram de ser realizados.

Aviso CGJ nº 1963, de 26/11/2015 - Dispõe sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo determinação expressa do magistrado.

Aviso CGJ nº 1612, de 09/11/2016 - Recomenda que, na medida do possível, os processos físicos sejam retornados da conclusão separados de acordo com as providências a serem tomadas, com o objetivo de reduzir o tempo de processamento dos feitos na serventia.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 18, de 30/06/2016 - Avisa sobre a publicação do edital na rede mundial de computadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Aviso CGJ nº 59, de 11/01/2017 - Dispõe que a intimação do Ministério Público, em processos físicos, não deverá ser feita por meio do andamento 68 (Envio de Documento Eletrônico) do sistema DCP, tendo em vista a necessidade de efetiva remessa dos autos àquele órgão;

Manuais do Sistema DCP.

RAD-VUNI-009 – Encaminhar Documentos

Com vigência a partir de 25/10/2018

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Estadual nº 2988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos em que configure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Lei Estadual nº 4703, de 09/01/2006 – Altera o Art. 1º da Lei nº 2988, de 18 de junho de 1998.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 1, de 09/01/2004 - Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger's, Protocolos Integrados e Protocolos de 2a. Instância, com a inscrição PRIORIDADE - PESSOA IDOSA - Lei n. 10.741/03.

Ato Executivo TJ nº 3196, de 06/08/2010 - Resolve autorizar os Juízes de Direito Diretores dos Fóruns a utilizar os serviços de malote contratados pela Advocacia Geral da União - AGU junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT para o trâmite, entre o Juízo e a respectiva Procuradoria Federal, de processos judiciais e documentos que se fizerem necessários, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 22, de 15/08/2006 – Regula o arquivamento definitivo dos autos de processos cíveis e dá outras providências.

Resolução TJ/OE nº 19, de 22/06/2010 – Resolve reorganizar os serviços de processamento das execuções penais a fim de adequá-los as modificações ocorridas na Estrutura da Administração Penitenciária.

Resolução TJ/OE nº 11, de 09/06/2008 - Altera o artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (CNCJ) – Serviços Judiciais

Aviso CGJ 1042/2014 - Dispõe sobre o arquivamento de processos antigos que tenham como apenso processo secundário de restauração de Autos ou Agravo de Instrumento;

Ato Normativo Conjunto 12/2014 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para digitalização de processos físicos, tratamento dos Autos Físicos Digitalizados (AFDs) e respectivos fluxos de trabalho, a serem observados pelos órgãos jurisdicionais e administrativos e dá outras providências;

Ato Normativo Conjunto 07/2013 - Estabelece normas, orientações e procedimentos para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE, no âmbito da Segunda Instância Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Manual do Usuário DCP.

RAD-VUNI-010 – Atender a Solicitações

Vigência a partir de 08/01/2018

Lei Federal nº 11.419, de 20/12/2006 - Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 488, de 01/09/2005 – Avisa aos Escrivães e/ou Responsáveis pelo Expediente das serventias judiciais do Estado do Rio de Janeiro, que cumpram a regulamentação estabelecida no Ato Executivo Conjunto nº 01/2004 e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 186, 187, § 2º, 221 letra “f”, 250 inciso I, 263 e 264.

Aviso CGJ nº 205, de 24/04/2007 – Avisa sobre procedimento a ser adotado na consulta aos autos, disponibilizados em cartório, pelos advogados e estagiários de Direito e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 183 a 186.

Aviso CGJ nº 370, de 12/04/2012 - Avisa que a expedição de certidão, motivada por manifesto erro cartorário, não enseja recolhimento de custas, desde que devidamente certificado pelo Titular ou Responsável pelo Expediente da Serventia, e dá outras providências.

Aviso CGJ nº 490, de 06/05/2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do cadastro presencial.

Aviso CGJ nº 964, de 09/07/2015 - Dispõe sobre o encaminhamento à Seccional da OAB/RJ das cédulas de identidade profissional dos advogados e estagiários esquecidas nas serventias judiciais.

Aviso CGJ nº 50, de 07/12/2015 - Dispõe sobre a autorização para apresentação de cópias de instrumentos de mandato e substabelecimentos diretamente no balcão das serventias judiciais, desde que mediante petição de juntada devidamente assinada pelo constituído.

Aviso CGJ nº 243, de 18/02/2016 - Dispõe sobre padronização de resposta de ofícios e outros a terceiros.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 16, de 07/06/2016 - Avisa que a ausência de boleto emitido nos terminais de autoatendimento ou por meio da Internet não configura justa causa para que se deixe de prestar o devido atendimento ao público.

Ato Normativo TJ nº 30, de 10/12/2009 - Estabelece normas e orientações para o cadastramento de usuários na forma presencial com vistas ao acesso aos autos e prática de atos em processo eletrônico conforme disposto no art. 1º, §2º, inciso III, alínea "a" da Lei nº. 11.419 de 19 de dezembro de 2006, e dá outras providências;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Manuais do Sistema DCP.

Manual do SISTCADPRES.

RAD-VUNI-011 – Secretariar o Juiz

Com vigência a partir de 30/11/2018

Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei Estadual nº 2988, de 18/06/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos em que configure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

Lei Estadual nº 4703, de 09/01/2006 – Altera o Art. 1º da Lei nº 2988, de 18 de junho de 1998.

Resolução CNJ nº 63, de 16/12/2008 – Institui o Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, e dá outras providências.

Resolução CNJ nº 87, de 22/09/2009 - Dá nova redação e renumera artigos da Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 2009, que cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória;

Resolução CNJ nº 66, de 30/01/2009 - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle de casos de prisão provisória;

Resolução CNJ nº 108, de 12/04/2010 - Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 04, de 03/02/2009 - Resolve que cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição contará com a estrutura denominada 'Gabinete do Juízo' que será integrado pelo Secretário do Juiz, um Auxiliar de Gabinete e dois Assistentes de Gabinete, podendo ter auxílio de estagiários de Direito, e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 10, de 25/04/2012 – Regulamenta a utilização de Certificados Digitais nos termos previstos na Resolução 06/2012 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 14, de 18/11/2014 - Disponibiliza para os órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça, a nova versão do Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores - RENAJUD, ferramenta eletrônica que interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com o fim de possibilitar consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de inserção e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAAM;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 11, de 04/05/2015 - Dispõe sobre a sistemática a ser observada para a designação dos servidores para o exercício das funções gratificadas de que trata a Resolução OE nº 17, de 25 de maio de 2015;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 01, de 09/01/2004 - Resolve inserir no Sistema de Informatização do Tribunal de Justiça/RJ um campo específico que será preenchido pelos Departamentos e Serviços de Distribuição, Proger's, Protocolos Integrados e Protocolos de 2ª Instância, com a inscrição 'Prioridade - Pessoa Idosa' - Lei nº 10.741/03;

Provimento CGJ nº 06, de 09/05/2008 – Resolve modificar a rotina de processamento das medidas cautelares de caráter sigiloso em matéria criminal, que passam a ter nova regulamentação;

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 10, de 30/07/2015 - Recomenda que, na medida do possível, caso seja celebrado acordo antes da data designada para audiência, não seja o feito retirado de pauta, sendo o acordo homologado na presença das partes ou posteriormente à realização do referido ato;

Aviso CGJ nº 120, de 07/03/2007 - Avisa que é obrigatória a inserção e atualização de todos os dados referentes as partes em cumprimento ao artigo 6º da Resolução nº 06/ 2006, da Corregedoria, no momento da ciência da respectiva informação;

Aviso CGJ nº 584, de 15/10/2007 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a correta atualização dos sistemas de 1ª Instância do Poder Judiciário RAD do Estado do Rio de Janeiro e Consolidação Normativa CGJ – Serviços Judiciais, art. 156 e incisos;

Aviso CGJ nº 594, de 17/10/2007 – Dispõe sobre as normas a serem observadas pelos Senhores Magistrados, especialmente os das Varas Criminais da Comarca da Capital, quanto aos horários das audiências;

Aviso CGJ nº 61, de 09/02/2009 – Avisa que o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA, criado pela Resolução nº 63, de 16 de dezembro de 2008, já está disponível para acesso no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências;

Aviso CGJ nº 181, de 22/03/2010 – Avisa as Varas com competência criminal que concedida liberdade ao réu, além da expedição do alvará de soltura, deverá ser determinado o recolhimento dos mandados de prisão, porventura expedidos, no mesmo processo, pelo Juízo que concedeu aquele benefício;

Aviso CGJ nº 766, de 04/07/2012 - Avisa que fica dispensada a juntada aos autos do termo de conclusão impresso, bastando o lançamento eletrônico da conclusão para fins de cumprimento do disposto no art. 246 da CNCJ, o que é obrigatório toda vez que os autos forem submetidos à conclusão.

Aviso CGJ nº 1963, de 26/11/2015 - Dispõe sobre a proibição de intimar a parte, já intimada pelo portal, novamente pelo Diário de Justiça Eletrônico, salvo determinação expressa do magistrado;

Aviso CGJ nº 1779, de 28/10/2015 - Avisa que a partir do dia 09 de novembro de 2015, entrará em vigor o novo processamento previsto na Subseção XII, da Seção III, do Capítulo I, do Título I, da CNCJ sobre as medidas cautelares sigilosas de interceptação de comunicações telefônicas, telemáticas e de informática, estando disponibilizados na intranet pela DGTEC o Manual e os Vídeos de instrução.

Aviso CGJ nº 1612, de 10/11/2016 - Recomenda aos Senhores Magistrados que, na medida do possível, os processos físicos sejam retornados da conclusão, separados RAD de acordo com as providências a serem tomadas, com o objetivo de reduzir o tempo de processamento dos feitos na serventia.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02, de 06/06/2011 - Dispõe sobre a sistemática a ser observada para a designação dos servidores para o exercício das funções gratificadas de que tratam a Lei n. 5.775, de 29 de junho de 2010;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 15 de 18/12/2017 - Regulamenta o "Gabinete do Juízo" nos termos da Lei Estadual nº. 5.775/2010 e da Resolução TJ/OE nº. 17/2015;

Resolução TJ/OE 06, de 23/03/2012 - Institui as regras de utilização do certificado digital por magistrados e funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE nº 16, de 15/05/2013 - Altera e consolida a Resolução TJ/OE nº 14/2010 e dispõe sobre a regulamentação do registro dos depoimentos das partes, do investigado, indiciado, autor do fato, ofendido e testemunhas, pelos meios ou recursos de gravação digital audiovisual no âmbito do PJERJ.

Resolução TJ/OE nº 17, de 27/05/2015 - Regulamenta o art. 11, § 5º, da Lei nº 4.620/2005.

Resolução TJ/OE nº 29, de 26/08/2015 - Disciplina a Audiência de Custódia no âmbito do TJ/RJ.

Resolução CM nº 06, de 12/09/2003 - Regulamenta e padroniza a atuação dos conciliadores dos Juizados Informais de Conciliação no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Aviso TJ nº 23/2008 - Consolida os Enunciados Jurídicos Cíveis e Administrativos em vigor resultantes das discussões dos Encontros de Juízes de Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais do Estado do Rio de Janeiro;

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Provimento CGJ nº 53/2011 - Altera os artigos 173, 177, 204, 250 e 262 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial);

Provimento CGJ nº 58/2011 - Resolve alterar os artigos 150, 181 e 307 e incluir o artigo 181-A na Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça (parte judicial);

Lei de Organização Judiciária;

Manual do Usuário DCP.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.ius.br

30.04.2018